



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0007519-60.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Serviços**
 Requerente: **Paulo César de Jesus Danielli**
 Requerido: **Granato & Ruy Comércio de Vidros Ltda Me Ou Multividros e outro**

Juiz de Direito: Dr. **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em 19 de dezembro de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, **Dr. MILTON COUTINHO GORDO**.

Eu, Isabel Ednise Pozzi Furlan, escrevente, subscrevi.

Nº de Ordem: 768/12

VISTOS.

PAULO CÉSAR DE JESUS DANIELLI ajuizou a presente ação de **OBRIGAÇÃO DE FAZER** em face de **GRANATO & RUY COMÉRCIO DE VIDROS LTDA ME** e **TEMPEBRAS VIDROS TEMPERADOS**.

O requerente aduz, em suma, que adquiriu da primeira requerida 127 vidros para instalação em sua casa. Contudo, todos os vidros vieram riscados, impróprios ao uso e consumo. Afirma que procurou a primeira requerida, comerciante varejista dos vidros, para que realizasse a substituição, devolução do valor pago ou abatimento no preço, mas não obteve êxito. Afirma, também, que a segunda requerida, fabricante dos vidros, é responsável solidariamente. Requer a aplicação do CDC e a inversão do ônus da prova. Por fim, requer sejam as requeridas condenadas à obrigação de trocar todos os vidros riscados. Se não for possível a substituição, requer a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada e, apenas, subsidiariamente, o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

abatimento proporcional do preço. Juntou documentos a fls. 10/14.

Devidamente citada, a correquerida, Tempebras, apresentou sua defesa a fls. 28 alegando que cabia ao requerente comprovar a existência dos alegados riscos nos vidros. E caso existissem, o requerente deveria ter se insurgido no momento da instalação, requerendo a substituição antes mesmo de terminada a instalação. O requerente, também, não comprovou que tenha cientificado a primeira requerida dentro de 30 dias sobre a pretensão de substituição dos vidros. Ressalta que quanto a esta contestante, segunda correquerida, somente com o ajuizamento da ação teve ciência do fato.

Afirma que sua responsabilidade não é solidária, devendo ser observado o nexo de causalidade, não podendo ser responsabilizada em reparar danos que não deu causa. Ressalta que os vidros passam por rigoroso controle de qualidade sendo inspecionados na produção, na expedição e quando da entrega no cliente (no caso, estabelecimento da primeira requerida) pelo próprio cliente. Sendo que conforme comprovantes de entrega, datados de 19/11/2011, 03/12/2011 e 10/12/2011, inexistiam defeitos de fabricação. Eventuais defeitos podem ter ocorrido por culpa da primeira requerida, ou do próprio requerente, ou ainda de terceiros, por exemplo, a empresa responsável pela limpeza da obra.

Afirma, também, que a inversão do ônus da prova não é automática. Necessitando, no caso, prova pericial, a qual deve ser promovida pelo requerente, devendo este comprovar, ainda, que o defeito não foi sanado pela primeira requerida – que foi quem comercializou e instalou os vidros na residência do requerente.

No mais, requereu a improcedência dos pedidos formulados em relação à segunda requerida. Juntou documentos a fls. 37/54.

A correquerida Granato apresentou contestação às fls. 56



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

alegando que foi contratada, em 26/05/11, pelo requerente para compra e instalação de 127 vidros, os quais foram devidamente instalados no período de 30/11/2011 a 05/12/2011 na residência da requerente, sendo observado que não existia pintura em todo o imóvel. Afirmar que, posteriormente, fora contratada para colocação dos boxes do banheiro, o que se realizou em 09/01/2012. E, somente, em março/2012, o requerente lhe comunicou que os vidros estavam riscados.

Salienta que verifica pessoalmente os vidros que chegam, devolvendo os defeituosos.

Afirmar, também, que juntamente com a segunda requerida, foram à casa do requerente e constataram que os vidros estavam realmente riscados. Contudo, foram ocasionados por estilete, após a pintura do imóvel, na limpeza dos vidros.

Pela improcedência. Juntou documentos a fls. 59/80.

Réplica a fls. 84/89.

Instados a produzir provas, o requerente (fls. 91) e a correquerida Granato (fls. 94) requereram a produção de prova pericial. A correquerida Tempebras (fls. 96), além da prova pericial, requereu produção de prova oral .

O laudo pericial foi carreado a fls. 133/158. Houve manifestação do autor a fls. 164/170 e do corréu, Granato, a fls. 173/174. A corré, Temperbrás, ficou inerte.

Pelo despacho de fls. 190, as partes foram instadas a apresentar memoriais. O autor se manifestou a fls. 193/198; o corréu, Granato, a fls. 203/204 e a corré, Temperbrás, não se manifestou.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

É o RELATÓRIO.

DECIDO.

Após exaustiva análise do material apresentado, concluiu o vistor oficial, no que realmente interessa ao desate da controvérsia, que os riscos verificados nos vidros negociados entre as partes **NÃO TEM RELAÇÃO COM O PROCESSO DE FABRICAÇÃO, NÃO TEM RELAÇÃO COM O TRANSPORTE E NÃO TEM RELAÇÃO COM O PROCESSO DE INSTALAÇÃO /COLOCAÇÃO.**

Ao que tudo indica, foi a limpeza inadequada, aliada a tentativa – também inadequada – da retirada de restos de tinta, utilizada para pintura do imóvel após a colocação, que ocasionaram os defeitos identificados.

Essas marcas, aliás, continuam sendo visíveis nas esquadrias e caixilhos, como demonstram as fotos de fls. 152.

Referidas condutas não são imputadas às rés que se limitaram a negociação e fabricação do material.

Assim, afastadas na prova técnica oficial – única produzida – a possibilidade de vício da qualidade do produto ou mesmo negligência do vendedor (defeito no armazenamento, transporte e colocação) não há como acolher o reclamo inaugural.

O que pareceu à profissional subscritora do relatório de fls. não pode ser acolhido já que não se trata de assistente técnica indicada como prevê o art. 421, § 1º, I, do CPC (o autor se limitou a apresentar quesitos).

Como não se sabe como foi realmente feita a limpeza dos vidros no caso, permanece hígida a hipótese aventada pelo vistor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL.** Condeno o autor ao pagamento das custas e honorários aos patronos das rés que arbitro por equidade em R\$ 1.000,00 (cada um).

Arbitro, ainda, honorários complementares do perito em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Como coube às requeridas o adiantamento dos provisórios, o autor deve pagar a elas o que adiantaram (R\$ 750,00 cada) com correção a contar das datas dos desembolsos. O restante, R\$ 3.000,00, pagará ao vistor com correção a contar da data da publicação desta.

Consigno, desde já, que o prazo de 15 dias previsto no artigo 475-J do CPC passará a fluir independentemente de intimação e caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação incidirá multa de 10% sobre o valor da condenação.

P. R. I.

São Carlos, 26 de janeiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**